

As escolas dos mosteiros medievais: dinâmica social, didática e pedagogia

Schools of medieval monasteries: Social dynamics, didactic and pedagogy

Paulo Fernando Diel¹
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
paulodiel@utfpr.edu.br

Resumo: Os mosteiros foram grandes centros civilizacionais na Idade Média. Sua influência e poder extrapolaram os aspectos puramente religiosos e espirituais. No seu interior, o monge dedicava-se basicamente à oração e ao trabalho (*ora et labora*), mas também havia espaço para o estudo e a leitura. Na Europa Medieval, o estudo era um privilégio de poucos, um luxo do clero e da nobreza. As escolas existiam basicamente em instituições eclesiais, paróquias, catedrais e mosteiros. No entanto, foi nos mosteiros que a escola teve mais efetividade e organização. Quase todos possuíam escolas que preparavam seus noviços para a vida monástica. A leitura e a escrita permitiam o acesso à bíblia e a integração do monge no complexo arranjo litúrgico da vida monástica. O fim último da educação não era o conhecimento em si, mas a salvação. Este artigo analisa a dinâmica social, a didática e a pedagógica no interior de uma escola monástica.

Palavras-chave: Idade Média, mosteiros, escola, educação.

Abstract: Monasteries were great centers of civilization in the Middle Age. Their influence and power extrapolated purely religious and spiritual aspects. In its interior, the monk basically dedicated himself to prayers and work (*ora et labora*), but there was also room for studying and reading. In Medieval Europe, studying was a privilege of the few, and luxury of the clergy and nobility. Basically, there were schools in church institutions, parishes, cathedrals and monasteries. However, it was in the monasteries that the school had more effectiveness and organization. Almost all of them had schools that prepared their novices to the monastic life. Reading and writing allowed the integration of the monk in the liturgical complex arrangement of monastic life. The ultimate goal of education was not knowledge itself, but salvation. This article analyzes the social dynamics, the didactic and pedagogy inside a monastic school.

Keywords: Middle Age, monasteries, school, education.

Introdução

O humanismo e o liberalismo induziram a sociedade a acreditar que a Idade Média era uma idade das trevas, marcada pelo atraso científico, pela violência, pela falta

de individualidade, racionalidade e liberdade. Deste então construiu-se um preconceito em relação a Idade Média, “período intermediário, bloco uniforme, ‘séculos grosseiros’, ‘tempos obscuros’” (Pernoud, 1994, p. 20). Esse preconceito começou a ser desconstruído

¹ Doutor em Teologia pela Johannes Gutenberg Universität, Moguncia/Mainz, Alemanha. Professor de História da Educação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus de Dois Vizinhos. Estrada para Boa Esperança Km 04, 85660-000, Dois Vizinhos, PR, Brasil.

pelo romantismo, quando valores do mundo medieval começaram a ser exaltados, ainda que atendendo a interesses conservadores e tradicionalistas. Mas foi no século passado com a escola dos Annales (Le Goff, Bloch, Duby e outros) que a Idade Média seria revelada como uma civilização. Segundo Cambi (1999, p. 143), essa escola historiográfica “abriu uma época radicalmente nova: de renovação crítica e de exaltação da sociedade medieval, colhida nas suas características diferentes e específicas, mas vista como a matriz, a segunda grande matriz do Ocidente moderno [...]”. Aos poucos, redescobriu-se a Idade Média como berço da civilização ocidental, uma época marcada pela fé, mas também mundana, dinâmica, criativa, plural, uma época cheia de contrastes e de profundas transformações. “A Idade Média não é absolutamente a época do meio entre dois momentos altos de desenvolvimento da civilização: o mundo antigo e o mundo moderno” (Cambi, 1999, p. 141). Ela foi a época da formação da Europa cristã período em que se gestaram os fundamentos da Europa moderna. Não é uma época absolutamente original, ilhada do seu passado da antiguidade clássica e sem conexão com o seu futuro, a modernidade racionalista. Ela traz no seu DNA histórico, vínculos profundos com a civilização grega, como também inspira e condiciona o desenvolvimento da modernidade.

Essa redescoberta revela a Idade Média como uma época do cristianismo, capitaneado pela Igreja Católica e pelo Império/Monarquias cristãs, uma vez que consciência cristã definiu a identidade da Europa. Segundo Cambi (199, p. 145), “A Igreja foi o ‘palco fixo’ por trás do qual se moveu toda a história da Idade Média e um dos motores do seu inquieto desenvolvimento [...]”. A educação e a escola se desenvolveram a partir dessa identidade cristã. Praticamente inexistiu educação formal fora das instituições cristãs católicas. A escola medieval é uma obra da Igreja católica, é ela quem gerencia, administra, reorganiza e define seus fins. “Da Igreja partem os modelos educativos e as práticas de formação, organizam-se as instituições *ad hoc* e programam-se as intervenções, como também nela se discutem tanto as práticas como os modelos” (Cambi, 1999, p. 146). Embora o monasticismo não seja uma instituição medieval, pois “é uma importação relativamente tardia, um empréstimo tomado a um organismo já bem desenvolvido” (Marrou, 1975, p. 506), nele a escola ganhou forma, um sistema, uma organização e uma dinâmica que cumpria a missão de formar e afirmar na cultura ocidental a consciência católica cristã.

Esse artigo tem por objeto, a partir de uma metodologia descritiva, situar o desenvolvimento e a organização das escolas nos mosteiros, para refletir criticamente sobre

os vínculos contínuos e profundos que a escola moderna tem com a educação e o modelo educativo dessas escolas. A escola que se conhece hoje é um produto da Idade Média (Cambi, 1999, p. 146). Há certamente, dificuldade em admitir, mas vários elementos que compõem a escola moderna se desenvolveram na escola medieval. No decurso desse artigo essa questão será melhor explicada e entendida.

O método da pesquisa é bibliográfico. Essa opção se deve às dificuldades de acesso a fontes primárias para uma pesquisa mais ampla, especialmente quando se trata da análise desse tema, a partir uma perspectiva latina americana. Portanto, ela limita-se à descrição da organização e do desenvolvimento das escolas monacais, possibilitando ao leitor uma interpretação crítica da relação daquela escola com a escola moderna.

O monasticismo no ocidente

O monasticismo é uma das instituições mais importante do mundo medieval. O grande medievalista, Jaques Le Goff, não deixa de reconhecê-lo como um dos três centros civilizacionais do mundo medieval, juntamente com as cidades e as cortes. “Os mosteiros fazem penetrar, lentamente, o cristianismo e os valores que ele veicula no mundo dos campos, até então pouco tocados pela nova religião – mundo das longas tradições e das permanências, mas que passa a ser o mundo essencial da sociedade medieval” (Le Goff, 1995, p. 159). Por outro lado, os mosteiros mostram a precariedade da civilização ocidental medieval, pois eram oásis da cultura no meio do deserto, das florestas e dos campos.

Os mosteiros nasceram pobres e simples, mas tornaram-se, no decorrer da história medieval, centros econômicos, pois reuniam ao redor de si muitas terras e riquezas. Tornaram-se também centros políticos, por afirmarem a autoridade dos abades em regiões muito extensas, mesmo fora dos mosteiros; eram centros culturais, porque reuniam em seus mosteiros milhares de livros e construíram as maiores bibliotecas do ocidente medieval. Nelas, trabalhavam copistas e tradutores que preservaram os clássicos. Nas bibliotecas era guardada a memória intelectual dos monges. Os mosteiros deram uma grande contribuição na preservação do saber, embora Manacorda (1996, p. 114) indique que “o clero secular que morava nas cidades conservou por mais tempo a cultura clássica, enquanto que o clero regular dos mosteiros a rejeitou, assim como rejeitou o século no seu conjunto”. Nas oficinas eram preservadas e desenvolvidas técnicas artesanais e artísticas, bem como em suas farmácias preservaram medicamentos e receitas, ao mesmo tempo em que outras eram desenvolvidas.

Por fim, foram grandes centros espirituais e religiosos, o que lhes dava uma autoridade moral sem precedente.

A história do monasticismo tem dois grandes movimentos na Idade Média. O primeiro é marcado pelo seu nascimento, com a criação, em 529, da regra de São Bento, que dará origem ao monasticismo ocidental. Essa data é significativa, pois ela se junta a outra decisão importante para a cultura e a educação no ocidente, é pois, o ano do fechamento da última escola platônica pagã por Justiniano (527-565). O primeiro acontecimento abre o ocidente medieval para a afirmação e expansão do cristianismo como cultura hegemônica, o segundo, fecha o ocidente à cultura pagã grega. A Idade Média nasce, portanto, combatendo e cristianizando a filosofia grega. Para Hegel, estes dois fatos históricos são tão determinantes que ele os considera fundantes da Idade Média.

A partir do século VI e durante toda a Idade Média, o monacato foi para a Igreja Ocidental o sustento mais firme e seguro de sua ortodoxia e o porta-voz da verdadeira cultura cristã em todas as suas manifestações. A expansão do monasticismo deu-se numa aliança estreita e crescente com o papado. Essa aliança acontece em meio ao vácuo no poder deixado pela queda do Império Romano e as invasões bárbaras. Nesse período de incertezas e desordem, entre os séculos IV e V, o papado e o monasticismo surgiram como instituições fortes, organizadas, unidas e disciplinadas (Gonzales, 1978, p. 37-59). Referindo-se à ordem monástica dos beneditinos, Pierre Pierrard (1982, p. 58) afirma: “A comunidade beneditina não era uma reunião de privilegiados, mas um porto seguro para os leigos ávidos de estabilidade e paz, numa época em que romanos e bárbaros, pobres e ricos, eram arrastados aos sabores da sorte de um século de terror”.

O segundo momento do monasticismo medieval tem início no século X, com a fundação dos mosteiros de Cluny, em 909. Esse movimento, dentro do monasticismo, nasce num ambiente histórico bem distinto, num ambiente de conflito da Igreja com o Estado, é a famosa briga das duas espadas: a espada espiritual, a Igreja, contra a espada temporal, o Estado. A disputa se dá pelo domínio e soberania de uma sobre a outra. Nesse sentido, o monasticismo do século X e XI desenvolveu-se com três fortes tendências:

- A primeira é a luta pela completa independência de usurpadores locais, os senhores feudais e até mesmo dos bispos. A preocupação principal era lutar contra a hierarquia eclesiástica local, principalmente onde o clero exercia também poderes temporais. Os monges e os papas lutavam contra as investidas, ou seja, a intromissão dos poderes monárquicos leigos na nomeação de bispos, abades e do clero em geral (Bolton, 1983, p. 45). Esse foi um amplo projeto

da Igreja durante a Reforma Gregoriana, liderada inicialmente pelo Papa Gregório VII (1073-1085), que tinha como meta libertar a Igreja dos poderes feudalizantes, *libertas ecclesiae* (Le Goff, 1997, p. 45).

- A segunda tendência era a forte afirmação centralizadora, disciplinadora e autoritária da abadia de Cluny sobre as demais abadias e do abade de Cluny sobre todos os monges (Angenendt, 2000, p. 334). As normas adotadas pelas abadias emanavam do mosteiro central de Cluny e do Abade geral. Era uma organização monárquica que, ao contrário do monasticismo beneditino, não reconhecera a autonomia das abadias.
- Em terceiro lugar, as novas regras queriam recuperar o ascetismo do monasticismo oriental, este exposto a uma disciplina rígida e a uma prática permanente da mortificação do corpo. Os cistercienses possuíam uma atitude militar referente à fé que professavam. Determinavam seus objetivos com rigor absoluto e agiam no sentido de alcançá-los tanto nas fronteiras geográficas como espirituais.

Por essas razões o monasticismo clunyasense e cisterciense produziu pouca atividade teológica e literária. Ao contrário dos beneditinos, as abadias de Cluny, não tiveram a educação como uma das suas prioridades, inclusive nessas abadias havia os irmãos leigos, ou conversi, que eram semimonges iletrados e trabalhadores. A eles se impunha uma ordem de vida rigorosa. Deviam manter-se iletrados e não deviam esperar um estatuto monástico completo. Viviam a uma distância conveniente do mosteiro e constituíam uma enorme força de trabalho gratuita (Bolton, 1983, p. 50-56).

A vida monástica

Quem eram os monges medievais? Eram aqueles homens que, voluntária ou involuntariamente, se recolhiam num mosteiro para viver uma vida de santidade, abnegação e oração. Segundo Le Goff (1997, p. 8), o monge medieval “é aquele que chora sobre os seus pecados e os pecados dos homens e que por meio de uma vida dedicada à oração, ao recolhimento e à penitência busca a salvação sua e dos homens”. Retiravam-se do mundo buscando fugir da vida mundana das cidades, visto como o local da perdição, do comércio, da prostituição e do pecado. Fugiam do mundo em busca da perfeição e de uma completa dedicação a Deus.

O monge mais famoso do ocidente é Bento de Núrsia, o criador da regra dos beneditinos. Seu impacto não proveio da sua extensão, pois contém apenas 73 breves

capítulos, mas sim por ordenar a vida monástica de forma concisa e clara, de acordo com o temperamento e a necessidade da Igreja Ocidental. Ao contrário do monasticismo oriental, ela é um modelo de moderação a tudo que se refere à prática ascética do corpo. Nela domina um espírito prático, às vezes, até transigente. Segundo Le Goff (1995, p. 158), “A regra e os comportamentos, a espiritualidade, a sensibilidade para cuja formação contribui são milagres da moderação e do equilíbrio”. Assim, quando muitos monges se alimentavam apenas de pão e água, Bento de Núrsia estabeleceu que todo o monge deveria comer duas vezes ao dia, com dois pratos cozidos e ainda frutas e legumes. Além disso, cada monge receberia um quarto de litro de vinho por dia. Todos deveriam ter uma cama, uma coberta e um travesseiro, sendo as horas de sono de 6 a 8. De duas coisas, porém, São Bento não abria mão: permanência e obediência. Com a permanência pretendia estabilizar os monges nos mosteiros, impedindo-os de migrarem entre eles. A obediência é o fundamento da sua regra e da própria sociedade medieval. Assim, “São Bento concilia a necessária autoridade do abade com a doçura e a fraternidade que facilitam a obediência” (Le Goff, 1995, p. 159).

O monasticismo beneditino ocidental construiu-se sob dois princípios, *ora et labora* (reza e trabalha). Em relação a isso dois aspectos importantes devem ser ressaltados: O primeiro é que os monges vão valorizar o trabalho manual, visto como indigno e exclusivo das camadas mais pobres, servos e escravos. Isso acontecia também com os gregos e os romanos. Nos mosteiros, portanto, todos deveriam trabalhar igualmente, filhos de ricos e pobres. O segundo aspecto importante é que as atividades dedicadas ao estudo, ao conhecimento eram reconhecidas como atividades laborais. “A regra Beneditina é o primeiro reconhecimento do valor do trabalho manual na educação” (Monroe, 1984, p. 104). Um traço característico da regra era a insistência com o trabalho manual de qualquer espécie e, com isso, pretendia-se combater a indolência dos monges que levava ao pecado. Monroe (1984, p. 105) destaca que esta dignificação e aplicação ao trabalho criou um processo de educação social, ou seja, com o cultivo do solo, os monges se fizeram modelos para os camponeses. Por outro lado, o trabalho produziu riqueza e necessidade de organização. Esse processo, inclusive, contribuiu para que no decorrer da história o isolamento inicial dos monges fosse quebrado, pois ao redor dos mosteiros se assentaram camponeses, profissionais (sapateiros, celeiros, padeiros, comerciantes, tecelões, etc.) que estimularam a economia e o comércio (Miccoli, 1997, p. 62). Esse processo possibilitou aos monges a prestação

de um amplo serviço social, oferecendo asilo aos pobres, aos doentes, aos aleijados e aos aflitos. Eles drenaram pântanos e melhoraram a saúde e a vida pública em quase todos os aspectos. Segundo Le Goff (1995, p. 158), “São Bento repartiu harmoniosamente o trabalho manual, o trabalho intelectual e a actividade (sic) mais propriamente espiritual na utilização do tempo dos monges”. O monasticismo aproxima educação e trabalho rompendo com a ideia grega de que a educação era um privilégio de homens livres que cultivavam o ócio.

Os mosteiros e a educação

Do século VII até o renascimento no século XV as escolas mais importantes encontravam-se nos mosteiros. Com certo exagero, o historiador da educação, Paul Monroe, chega a afirmar que os mosteiros foram as únicas instituições de ensino da época. Na verdade, havia outros locais de ensino na Europa Medieval, é o caso das catedrais e das paróquias. Nos castelos e palácios reais também havia atividades educativas, as quais dependiam de iniciativas privadas da nobreza ou de alguma família abastada. É verdade que essas escolas, não foram tão significativas como as escolas monásticas, entretanto todas foram importantes no processo de formação medieval.

A educação no mundo medieval era restrita a poucos privilegiados, basicamente a setores da nobreza e do clero. Mesmo entre esses, a escrita e a leitura não eram dominadas por todos. São Bento esperava que seus monges fossem capazes de ler, o que não era uma novidade para o monasticismo, pois a regra de São Pacômio (346) já contemplava a necessidade de leitura do monge, uma vez que nos mosteiros, em várias ocasiões cotidianas, o domínio da leitura e da escrita se faziam necessárias. Inicialmente, os monges tinham um grande inimigo para combater, a ociosidade, que era vista como a inimiga da alma. Em razão disso, o dia dos monges deveria ser ocupado com oração, trabalho e estudo. O estudo não preenchia apenas espaços entre o trabalho e as orações, mas era incentivado em ocasiões especiais, nos dias de feriados e de jejuns. “Nos dias da quaresma os monges deveriam ocupar-se da leitura desde a manhã até o fim da terceira hora” (Pätzold, 2006, p. 89). Recomendava-se que durante os dias de jejum os monges recebessem um exemplar da Bíblia que deveria ser lido do início ao fim.

Nestes dias de quaresma cada um recebia da biblioteca um códice para ler [...]. Um ou dois anciões fiquem encarregados de rondar pelo mosteiro nas horas em que os monges devem estar dedicados à leitura, para evitar que algum monge preguiçoso perca tempo na ociosidade ou em conversas, deixando de aplicar-se à leitura, tornando-se

inútil a si mesmo e distraíndo os outros. [...] Aos domingos também todos se dediquem à leitura, com exceção daqueles que são destinados às várias tarefas. Se por acaso houver alguém tão negligente e preguiçoso que não quer e não sabe se concentrar na leitura, a ele deve ser dado algum trabalho a fazer, para que não fique na ociosidade (Manacorda, 1996, p. 120).

Além do incentivo à leitura da Bíblia e outros livros, a liturgia praticada pelos monges requeria o domínio da leitura. Nesse sentido, Martin Kintzinger (2006, p. 38), afirma que o papel principal da escola monástica “consistia em preparar o aluno através das aulas de latim para o correto exercício de suas responsabilidades litúrgicas naquele momento e no futuro”. As práticas litúrgicas eram as mais diversas, como cantar, pregar, ler no refeitório durante as refeições, conhecer os ritos e as formas litúrgicas. Além dessas atividades outras requeriam preparo e estudo, é o caso da transcrição de livros, atividade muito comum nos mosteiros; escrita de correspondências dos mosteiros e o preenchimento dos livros administrativos. Para os monges beneditinos havia uma exigência que os obrigava a saberem ler e escrever, pois a solicitação de profissão dos votos deveria ser escrita de próprio punho pelo candidato (Frenz, 2006, p. 51). Há, entretanto, certa dificuldade de comprovar se de fato isso era cumprido por todos.

Na regra de São Bento fica clara a necessidade do estudo, mas não há referência alguma em relação à constituição de escolas nos conventos. Mesmo no mosteiro de Montecasino, onde o monasticismo beneditino nasceu e se desenvolveu é incerto que tenha existido uma escola. Somente a partir do século IX é que a difusão das escolas nos mosteiros se afirma. Esse desenvolvimento se deve, em grande parte, às políticas de apoio dadas às escolas monacais, mas também das catedrais e paróquias no governo de Carlos Magno (742-814), que para muitos teria promovido um renascimento cultural, pois pretendia fazer da Europa uma nova Atenas cristã. É perceptível que a partir de 830 quase todos os mosteiros beneditinos, possuíam suas escolas (Pätzold, 2006, p. 90). Havia dois tipos de escola, a interna e a externa. “Cada mosteiro possuía para formar os seus pelo menos um instituto docente. Porém, poucas abadias possuíam escolas externas, que instruíam alunos que eram confiados aos monges, que não se destinavam ao monacato” (Kempf, 1987, p. 518).

Nas escolas eram admitidos os noviços e os oblatos, que eram preparados para a vida monástica. Aprendiam a ler e eram introduzidos na lectio divina, para a qual deveriam decorar os salmos, os cantos e os hinos da liturgia das horas. Além disso, lia-se, sistematicamente, a regra de São Bento para estarem cientes de suas obrigações

como monges. Pretendia-se com isso que os estudantes não apenas apreendessem os fundamentos do monasticismo, mas também fossem educados para a humildade, a obediência e a castidade. Somente após este processo dava-se início aos estudos e esclarecimentos da Bíblia e leitura de textos sagrados. Paralelamente aprofundavam-se os estudos em gramática latina.

A partir do século XII, os mosteiros não serão mais o centro de formação e produção intelectual da Idade Média. Esse novo desenvolvimento se dá através da escolástica, que é um movimento educacional e intelectual que nasce fora dos mosteiros, inicialmente, nas escolas das catedrais e que, aos poucos, se desenvolve nas novas universidades europeias. Além disso, a escolástica desenvolveu novas metodologias de estudo e de ensino. O modelo monástico da leitura e da decoreba rompeu-se. Junto com a leitura e a meditação introduzem-se novas questões, a pergunta (*quaestio*) e a interpretação (*disputatio*). Os monges chegam ao conhecimento destes novos elementos, mas a *quaestio* e a *disputatio* ficam distantes dos mosteiros. Nas escolas monásticas permaneceram como os dois temas centrais da formação a gramática e a escatologia (Pätzold, 2006, p. 91). A educação monástica permaneceu fiel ao princípio integrador e salvífico da sua educação, ela não se dispôs a um debate com o racionalismo que emergia com a escolástica.

Quem frequentava as escolas nos mosteiros?

A escola, nos mosteiros, era frequentada pelos noviços que queriam entrar para a vida monástica, independente da sua idade. Assim, na escola monástica poderia haver crianças, jovens e adultos assistindo a mesma aula. Na Idade Média o desenvolvimento da criança era dividido em três fases: infância, do nascimento até os sete anos de idade; a puerícia entre os 7 e 12 anos de idade e adolescência, que ia em geral até o casamento (Shahar, 1993, p. 31-40). Os oblatos, filhos levados pelos pais aos mosteiros, eram entregues, normalmente, entre 5 e 7 anos de idade, portanto, ao final da infância. A entrada de adultos nos mosteiros era mais excepcional, porém acontecia e, caso este não tivesse frequentado a escola elementar, frequentava-a no mosteiro. Eram raros os que, livremente, decidiam dedicar sua vida a Deus nos mosteiros. Na maioria dos casos a decisão era tomada pelos pais. Na tradição medieval e, especialmente nas famílias nobres, o filho mais velho tornava-se o herdeiro das posses e levava o nome da família adiante. O segundo, tornava-se cavaleiro e ia para a guerra, os demais eram entregues aos mosteiros. O mesmo acontecia com as mulheres, aquelas que os pais não conseguiam

arranjar casamentos de acordo com seus interesses eram enviadas aos mosteiros. Filhos órfãos de famílias nobres também eram entregues aos mosteiros, bem como filhos bastardos, estes últimos ao entrarem no mosteiro buscavam libertar-se da “marca do seu nascimento”. Os filhos bastardos só podiam receber as ordens religiosas mediante dispensa dada pelo bispo local ou então pelo Papa. Somente no século XII a ordem dos dominicanos os reconheceu como gente, pois até então eram vistos como filhos imorais e que, por esta razão, sua personalidade tendia à imoralidade. Até o século XII era costume das famílias nobres enviar os filhos impróprios à cavalaria ou aos mosteiros, bem como os filhos mais fracos ou com alguma deficiência. Os mosteiros reuniram muitas pessoas com deficiências, corcundas, surdos, aleijados (Shahar, 1993, p. 213-214). Era também comum homens viúvos recolherem-se nos mosteiros e levarem consigo seus filhos. O mesmo acontecia com as mulheres.

Outras crianças da nobreza entravam nos mosteiros em razão dos votos dos pais. É importante lembrar que a Idade Média é um período histórico dominado por uma forte religiosidade, mas também por inúmeras superstições que marcavam o imaginário popular e social. Muitos filhos de nobres eram enviados aos mosteiros em razão de promessas feitas pelos pais, ou então, graças alcançadas. Sonhos da mãe ou a aparição de um santo durante a gravidez podiam determinar o destino do filho. Alguns reis faziam promessas com seus filhos, é o caso histórico de Ollegário, da nobreza catalã, morto em 1137, que prometeu entregar seu filho ao mosteiro e ordená-lo, caso seu império fosse preservado da destruição pelos sarracenos.

Até o século VIII d.C., os meninos aos 14 anos e as meninas aos 12 anos podiam decidir se entrariam ou não no mosteiro, possuíam, portanto, certa liberdade nessa escolha. No século VIII este direito foi-lhes subtraído. Quando o pai prometia e devotava um filho para o mosteiro essa promessa não seria mais retirada. No período Carolíngio só contava o interesse dos pais e não dos filhos. No entanto, no século XII esse costume foi colocado em questão e o IV Concílio de Latrão de 1215, declarou a oblação dos filhos ilegal. A partir de então, os jovens tinham o direito de negar-se a serem monges ou monjas, ou então poderiam deixar o mosteiro de acordo com a sua vontade. Houve também uma mudança de comportamento dos monges. Os monges cistercienses viam a presença de crianças em seus mosteiros como um estorvo, por isso os estatutos aprovados em 1134 passaram a receber noviços somente com 15 anos de idade e, a partir de 1175, com 18 anos. Os beneditinos continuaram recebendo crianças em seus mosteiros, mas no decorrer dos séculos seguintes este número foi

diminuindo. Desse período é famosa a história de São Tomás de Aquino, o grande teólogo medieval, nascido em 1225, que ingressou no mosteiro de Montecassino aos cinco anos de idade. Os argumentos em favor da entrada de crianças nos mosteiros era de que elas deveriam desde cedo ser preservadas das influências negativas do mundo externo aos mosteiros e que elas não deveriam ser manchadas pelo pecado.

Segundo as observações de Shahar (1993, p. 215), “Os mosteiros e as classes altas da hierarquia eclesial eram durante a alta e a baixa Idade Média essencialmente dominadas pela nobreza”. Teoricamente os mosteiros estavam abertos a todos, mas não era tão comum um filho de camponês adentrá-lo. Quando isso acontecia, recebia apenas as ordens menores ou professava apenas os votos de pobreza, obediência e caridade e, raras vezes, eram ordenados sacerdotes. Numa sociedade organizada em ordens (Duby, 1982), altamente estratificada, havia o risco de um camponês ao entrar num mosteiro e fazer carreira acabar exercendo poder sobre quem, fora do mosteiro, era seu senhor. Isso era inadmissível no mundo medieval. No entanto, o mosteiro era a única instituição social onde os jovens poderiam conseguir certa mobilidade social. Essa situação se complicava ainda mais para as filhas dos camponeses, uma vez que eram bem menores os números de mosteiros femininos. Além disso, para ter acesso a eles, as meninas deveriam, obrigatoriamente, entregar um dote, que não necessitava ser tão vultoso como do enxoval, mas era uma exigência, o que não era regra para os meninos. Destaca-se, portanto, que para um camponês medieval e mesmo para um artesão constituir um dote era uma tarefa muito difícil.

O cotidiano dos alunos no interior dos mosteiros

Não era missão central dos monges constituírem escolas, ou mesmo educar seus monges. Segundo Thomas Frenz (2006, p. 50), esta era um dever irritante. O desconforto dos monges vinha não do sacrifício de ensinar, mas sim do barulho que as crianças de uma escola causavam à meditação e à contemplação dos monges. Thomas Frenz afirma ter encontrado documentos em que monges do século XI elogiavam os mosteiros que não possuíam escolas, pois estas estavam livres desses problemas. A grande missão dos monges era o louvor perene (*laus perennis*), por meio da oração das horas, o que afastaria a ira de Deus sobre os homens e estabilizaria a cidade e a sociedade. É sob a condição do louvor permanente e sob a liturgia das horas que as escolas deveriam ser adaptadas e organizadas. O tempo disponível aos estudos na escola era entre a terceira e à

sexta hora pela manhã e na parte da tarde entre a nona hora e o entardecer. Isso dava em média de três a cinco horas de estudos por dia. Esta variação existia devido às alterações meteorológicas de acordo com as estações do ano. Aos domingos e feriados não havia aula.

Embora integrados à dinâmica litúrgica dos mosteiros, os alunos internos constituíam um grupo à parte dos monges, pois possuíam regras especiais. Eles contavam com um professor, uma escola própria e uma sala para seus encontros. No entanto, essa divisão não era radical, pois eles eram integrados à dinâmica litúrgica do mosteiro, frequentando as missas e as orações comunitárias. Também participavam das orações diárias, dos louvores na primeira, terceira, sexta, nona hora e na oração do entardecer, bem como da oração matutina. Nos dias de feriados participavam das procissões. Ajudavam a atender os necessitados e prestavam vários outros serviços. Em momento algum os alunos ficavam sozinhos, eles eram sempre acompanhados por seus professores, no refeitório, no claustro, no caminho de um local ao outro, nos momentos de leitura etc. O professor acordava-os pela manhã e os acompanhava até a hora de dormir. No dormitório, à noite, a luz ficava permanentemente ligada e os alunos eram incentivados a denunciarem-se entre si. Era proibido fazerem sinais entre si e conversarem sem a autorização. Quando não obedeciam às regras, apanhavam publicamente e deveriam confessar-se em seguida.

Os alunos possuíam alguns privilégios, por exemplo, nos dias de jejuns podiam encerrá-lo mais cedo. Outro privilégio era não lavar os cadáveres e também não necessitavam vesti-los. No mosteiro a figura do pai era substituída pelo abade. Muitas das crianças que entravam nos mosteiros nunca mais viam seus pais. Ali não havia espaço para brincadeiras e são raros os casos narrados em que os mosteiros permitiam aos noviços as brincadeiras. Elas eram perigosas, desnecessárias e um espaço de ação do demônio. Tudo que desse prazer devia ser controlado.

A organização do ensino

Havia dois graus distintos de formação, especialmente para aqueles que se tornariam sacerdotes. A primeira era a escola elementar, que consistia em duas subdivisões: escola de canto e de leitura. Na escola de canto aprendiam-se textos e melodias de canções usadas na liturgia da Igreja. Esta escola era frequentada dos 7 aos 10 anos, ou até 12 anos. Até o século XII a língua predominante na escola elementar era o latim, porém, desse período em diante as línguas populares nacionais passaram a ser predominantes e o latim passou a ser a segunda língua estudada e se destinava especialmente àqueles que se tornariam padres. A partir de então, a escola elementar

ensinava ler, escrever, calcular e conhecimentos rudimentares de latim adquiridos por meio do ensino de orações, canções e do credo cristão.

Aqueles que prosseguiram seus estudos e se preparavam para a vida sacerdotal, a partir dos 10 ou 12 anos visitavam a escola de latim. Nessa escola, a idade dos alunos poderia variar muito. Qual era o seu objetivo? “Prepará-los para se expressarem e escreverem fluentemente em latim e para lerem e entenderem textos antigos e cristãos” (Shahar, 1993, p. 217). Na escola de latim, esperava-se que o aluno dominasse perfeitamente o latim, conhecimentos bíblicos, conhecimentos do credo e da moral cristã, e que dominasse certos fundamentos da filosofia natural e do direito. A maioria dos alunos concluía a escola de latim aos 16 anos. A partir do século XII para muitos se abria a possibilidade de frequentarem a universidade, o que poderia ocorrer já aos 14 anos para alguns. Escrever não era uma grande prioridade da formação, pois era uma função própria dos copistas que recebiam um treinamento específico para isso. Era rotineiro na Idade Média que os estudiosos ditassem seus textos a especialistas em escrita.

Como estava organizado o ensino? Ele se dividia em sete ramos, as sete artes liberais. Elas receberam um caráter institucional e místico na Idade Média. Dividiam-se em trivium e quadrivium. O trivium incluía gramática, retórica e dialética. Já o quadrivium: geometria, aritmética, astronomia e música. A divisão entre ambos não era apenas formal, havia uma profunda divisão da natureza das disciplinas. No trivium, tinha-se por objetivo disciplinar a mente, às leis, as quais obedeciam o pensar e o expressar o seu pensamento. Já no quadrivium se ensina sobre o funcionamento das coisas. Seu papel era tornar conhecidas as realidades externas e suas leis, leis dos números, leis do espaço, leis dos outros, etc. Eram as artes reais ou físicas. Segundo Durkheim (1995, p. 52), trivium e quadrivium orientavam-se em duas direções diferentes, “um para o homem, para a mente, o outro, para as coisas, para o mundo. A função de uma era formar a inteligência de uma maneira geral, dar-lhe sua forma normal, sua atitude normal; a outra tinha como meta enchê-la e alimentá-la”.

Nas escolas o quadrivium e o trivium tinham importâncias diferentes. O trivium era fundamental, obrigatório; já o quadrivium era uma espécie de ensino não obrigatório e de luxo, reservado a uma pequena elite de especialistas. No entanto, é o trivium que pode ser considerado o curso normal de estudos da época, substância do ensino nas escolas das catedrais e das abadias. O objetivo era fazer o homem pensar sobre si, a entender-se, a formar a consciência de si. “Durante séculos, pareceu evidente que somente os estudos relativos ao homem po-

diam realmente servir para formar o homem” (Durkheim, 1995, p. 54). O trivium era uma espécie de ensino secundário e o quadrivium, de ensino superior.

Embora, o conhecimento e o ensino tentassem ser enciclopédicos eles eram insuficientes, limitados e controlados. Havia diferenças do que era ensinado entre o século VIII ao XI e depois do século XII. O formalismo pedagógico do século VIII não é do XII. Já se citou que o trivium era predominante no ensino, mas mesmo as disciplinas dele sofreram alterações, é o caso da retórica, que perdeu espaço e as demais disciplinas ganharam força. A imagem do orador ideal na obra de Cícero perde poder nas obras de Alcuíno, o grande pedagogo do período carolíngio. Este último acreditava que a oratória era útil apenas aos políticos. Outros já acreditavam que a retórica seria importante para combater os inimigos da fé, que fazem uso dela para espalhar o mal.

Disciplina que também sofreu restrições foi a dialética. Já foi uma grande conquista ela ter entrado no trivium, mas “somente raras vezes se avançava desde a dialética a problemas autenticamente filosóficos” (Kempf, 1987, p. 519). Era uma disciplina vista com grande desconfiança pelos teólogos, que dominavam o pensamento medieval. “Acreditavam, com efeito, que a verdadeira fé não sente a necessidade de ser demonstrada e, por outro lado, eles sentiam que o apelo para a razão, para a lógica, tal como a entendiam os antigos, sempre fora para o proveito dos hereges” (Durkheim, 1995, p. 57).

Assim, todo o lugar era ocupado com a gramática. Ela era considerada como a arte por excelência. É ela que ensina a entender um texto, pois toda a ciência apoia-se na leitura e entendimento de um texto. Acreditava-se que todo o conhecimento humano estava contido nos livros, por isso, o ensino entre os séculos VII e XII pode ser chamado de a Idade da Gramática (Durkheim, 1995, p. 58). A gramática constitui a matéria principal da atividade escolar. Durkheim afirma que a idade da gramática preparou a idade que se seguirá, a da escolástica, esta sim, matéria da lógica e da dialética. A gramática possuía um sentido lógico que influenciou as discussões posteriores. Ela foi a antecâmara da lógica.

O cotidiano da sala de aula de um mosteiro

A sala de aula era dominada pelo professor que era visto não como mestre, ou sábio, mas sim como salvador de almas. Os alunos sentavam ao seu redor, diretamente no chão ou num tamborete e eram divididos em grupos de acordo com os seus conhecimentos. Os mais velhos ajudavam o professor na orientação e no ensino dos mais novos, enquanto este se ocupava das instruções de

um grupo. Os alunos colocavam sobre seus joelhos o quadro de cera, no qual desenvolviam suas atividades, escrevendo sobre eles com um estilete. O aprendizado se dava pela repetição. O professor ou o aluno mais velho escrevia sobre seu quadro uma frase que era copiada repetidas vezes pelos alunos. Nessas frases era comum a escolha de textos bíblicos ou litúrgicos usados no cotidiano dos monges durante a liturgia das horas. Em razão disso, Thomas Frenz (2006, p. 56) afirma, “a aula numa escola do mosteiro deveria ser especialmente estéril e monótona”, pois ela consistia basicamente em repetir e decorar extensos textos o ano inteiro, muitos deles incompreensíveis.

Os alunos que tivessem um desenvolvimento superior aos demais podiam se ocupar da escrita com pena e tinta sobre o pergaminho. Quem possuía mais habilidades com a escrita preparava-se para uma atividade muito importante nos mosteiros, ser copista. Os menores que estavam iniciando seus estudos, traziam sobre seus joelhos um quadro de madeira, sob os quais as letras eram sulcadas. Seguindo estes sulcos e os aprofundando na madeira deveriam conhecer as letras.

Era natural que entre as crianças houvesse atritos e brigas, no entanto nos mosteiros primava-se pela ordem e a disciplina. Os alunos eram preparados para obedecer na escola e para serem obedientes a qualquer tipo de autoridade e as regras. Para manter a ordem, os professores usavam um instrumento, a vara. O aluno vivia com medo da vara (*sub virga degere*). Este ditado, *sub virga degere*, era tão popular que era sinônimo de ir à escola. Anualmente havia uma excursão entre alunos e professores que saíam para a colheita das varas que eram mantidas em estoque. Quase sempre a representação iconográfica que temos do professor medieval é dele portando em mãos um feixe de vara. Em caso de desobediência, o aluno indisciplinado deveria levantar seu hábito para receber as varadas nas costas. Geralmente isso acontecia em espaços públicos e na frente dos demais alunos.

Especialmente difíceis eram as aulas de música, pois até o século XI as notas musicais não eram totalmente legíveis, claras e definidas. Nessas condições as notas e as melodias eram cantadas e, em seguida, repetidas pelos alunos, o que ocasionava situações de stress extremo e erros, conseqüentemente punidos com varadas. Os erros eram corrigidos com a vara, até mesmo durante a missa.

A violência era uma prática transversal da sociedade medieval. Contra a criança ela era muito recorrente, pois no imaginário popular entendia-se que uma vara torta deveria ser endireitada quando jovem, depois de velha isso se tornaria impossível. No entanto, a violência não era extrema como nos relata o profeta Neemias (13, 23-25) que batia e arrancava os cabelos daquelas crianças

que voltavam do exílio e tinham esquecido o hebraico. Os mosteiros beneditinos recomendam trato cauteloso, vigilante e disciplinado, mas também moderado e prudente com as crianças. A relação ainda é desigual entre os mais jovens e os mais velhos, o mestre e o aluno, mas parte-se de uma relação mais afetuosa e respeitosa. Os velhos devem usar a moderação e a criança, o respeito. A violência nos mosteiros não era deliberada, “[...] em qualquer intervenção ou pancada pessoal deve ser dada somente com a autorização do abade e que se submete à disciplina da regra quem, sem moderação, usar da violência com as crianças” (Manacorda, 1996, p. 119).

As escolas dos mosteiros não trabalhavam apenas com a violência, mas também com a recompensa para a educação. De um modo geral, os professores não eram bem vistos, mas havia aqueles que eram amados e respeitados. Mesmo durante os dias normais de aula os alunos poderiam ganhar bolachas em forma de letras. Os alunos mais inteligentes poderiam ser contemplados com algumas regalias, como olhar junto com seu professor o mapa mundi, desde que permitido pelo abade.

Conclusões

Quais são os vínculos que as escolas dos mosteiros têm com a escola moderna? A tendência, na maioria das vezes, é responder que não há relação alguma, pois o simples reconhecimento de qualquer relação positiva ou negativa com a Idade Média poderia gerar desconfortos. Entretanto, é possível destacar: A escola moderna ainda não conseguiu libertar-se do autoritarismo institucional e pedagógico. Ela se afirmou pelo princípio da autoridade, é o espaço no qual o professor exerce sua autoridade sobre o aluno e, definitivamente, não é uma instituição do aluno. Por essa razão, como nas escolas monacais, ela não consegue respeitar a independência e autonomia do aluno, não consegue construir uma relação dialógica com ele e não reconhece sua individualidade e suas necessidades humanas e tampouco emocionais.

Por outro lado, como as escolas monacais a escola moderna é uma instituição retirada do mundo, cercada por muros que a protegem da sociedade instável, dinâmica e crítica que ameaça sua estabilidade e segurança. Assim, como os monges se retiravam do mundo para se dedicar a Deus e a oração, hoje o aluno se retira para estudar na escola. Portanto, ele sai do seu ambiente familiar e social para aprender aquilo que a escola decidiu lhe ensinar. Internamente essa escola ainda possui grade curricular e suas salas de aula são como as velhas celas dos mosteiros. A escola contemporânea também divide, classifica, separa e avalia, com o objetivo de inserir o aluno na linha de produção capitalista. Essa inserção,

por sua vez, necessita de disciplina e de ordenamento militar como faziam os gregos e os monges medievais.

Na escola moderna o que mais incomoda o professor é a completa transformação nas relações de poder entre professor e aluno. A maior frustração de um jovem professor, hoje, é descobrir que não tem mais poder diante dos alunos. Ao que parece a paciência deles acabou. Essa ameaça vem de longe, mas até pouco tempo atrás o professor dispunha da vara/violência para se afirmar. Agora já não pode mais dispor desse recurso e não tem conseguido construir uma relação de ensino planejada que se afirma pela cooperação e não pela autodeterminação. Carrega-se, portanto, nos ombros, o peso da escola autoritária medieval. A escola moderna não será transformada pelo professor, se o for, será pelos alunos. A razão disso está no que foi afirmado acima, pois a escola moderna, assim como as escolas monacais, foi pensada para o professor e este não está disposto a abrir mão da sua autoridade.

Para a escola moderna é terrível saber que ela não é mais o único espaço do conhecimento e do saber. Um privilégio que na Idade Média era da Igreja e que foi herdado pela escola na modernidade e agora se encontra disperso e desorganizado pelas redes sociais. É incompreensível para a escola moderna entender que o aluno pode saber mais que o professor. No medievo, quando isso acontecia, o aluno era acusado de soberba, um pecado capital. A escola de hoje não consegue admitir a perda desse monopólio e ainda o reivindica para si. A Igreja perdeu o monopólio do conhecimento com a invenção da imprensa no século XV e a escola o perdeu pela internet. A internet está forçando a escola a mudar sua dinâmica bem como o papel do professor. A escola tem a missão de dinamizar o ensino não mais de forma unilateral, hierárquica, mas de forma planejada. O papel do professor é conectar os múltiplos saberes de forma interdisciplinar não com o objetivo de acumular informações, mas sim desenvolver o senso crítico visando a autonomia do aluno. A escola medieval quis salvar o monge dos perigos mundanos e levá-lo ao céu, já a escola moderna quer salvar o aluno do atraso, da ignorância e do desemprego. A função da escola não é salvar, é construir, com os alunos, as ferramentas para sua autonomia, que são: formação ética; capacidade de empreender; senso crítico e cidadania. Esses quatro elementos estão ausentes tanto na escola monástica medieval quanto na escola moderna.

Na Idade Média a função social da educação era integrar os indivíduos numa sociedade de ordens, altamente estratificada e autoritária. Um mosteiro refletia perfeitamente esta condição social, pois o abade agia como um monarca e os monges como seus súditos. Uma

sociedade autoritária só funciona com ordem, disciplina e obediência. Para estes três elementos funcionarem há a necessidade de um alto grau de centralismo e autoritarismo. Naquela época, a autoridade se afirmava pelo princípio da suserania e pela violência. Se a primeira não funcionava utilizava-se a segunda. Mantinha-se a ordem pela violência. Plantava-se o medo para colher dos súditos a subserviência. Por esta razão, a escola fez uso extenso da violência para ensinar. O aluno apanhava por saber em demasia, pois isso poderia significar vaidade, orgulho e era, portanto, um pecado. Apanhava por saber de menos, o que podia significar acomodação, desleixo ou indisciplina. A primeira combatia a liberdade e a segunda a ignorância. O aluno medieval caminhava numa linha muito tênue entre a violência e a não violência. Para não apanhar precisava aprender apenas o que lhe era ensinado. A escola moderna renunciou, com dificuldades, a violência, mas ainda é uma instituição normatizadora, punitiva. Não usa mais a vara, mas usa a avaliação, a prova. A prova impede que o aluno saiba mais do que o necessário. O aluno está obrigado a responder apenas aquilo que lhe é pedido na prova. Por outro lado, o aluno é punido com nota baixa quando não responde ao mínimo necessário ensinado pelo professor e sofre com o preconceito e o desprezo da reprovação.

A história possibilita, portanto, esse olhar profundo apurado sobre a formação das instituições escolares, mas não com o objetivo de afirmar que a escola moderna é inútil ou atrasada, apenas para indicar elementos históricos que ainda estão presentes nas instituições e que dificultam seu processo de transformação. O que de fato queremos é uma escola transformada e transformadora capaz de ensinar, aprender e libertar.

Referências

- ANGENENDT, A. 2000. *Geschichte der Religiosität im Mittelalter*. Darmstadt, Wissenschaftliches Buchgesellschaft, 986 p.
- BOLTON, B. 1983. *A Reforma na Idade Média*. Lisboa, Edições 70, 147 p.
- CAMBI, F. 1999. *História da Pedagogia*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP (FEU), 700 p.
- DUBY, G. 1982. *As três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa, Estampa, 383 p.
- DURKHEIM, E. 1995. *A Evolução Pedagógica*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas Sul Ltda, 325 p.
- FRENZ, T. 2006. Eine Klosterschule von innen. In: N. KRUPPA; J. WILKE (org.), *Kloster und Bildung in Mittelalter*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht GmbH&Co. KG, p. 49-60.
- GONZALES, J. 1978. *A Era das Trevas*. São Paulo, Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, vol. III, 214 p.
- LE GOFF, J. 1995. *A Civilização do Ocidente Medieval*. 2ª ed., Lisboa, Estampa, vol. I, 384 p.
- LE GOFF, J. 1997. Der Mensch des Mittelalters. In: J. LE GOFF (org.), *Der Mensch des Mittelalters*. Frankfurt, Fischer Taschenbuch Verlag, p. 7-45.
- KEMPF, F. 1987. Movimientos de Renovacion y reforma del año 900 al 1050. In: J. HUBERT (org.), *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona, Herder, vol. III, p. 498-538.
- KINTZINGER, M. 2006. Monastische Kultur und die Kunst des Wissens in Mittelalter. In: N. KRUPPA; J. WILKE (org.), *Kloster und Bildung in Mittelalter*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht GmbH&Co. KG, p. 15-47.
- MANACORDA, M. 1996. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. 5ª ed., São Paulo, Cortez, 382 p.
- MARROU, H. 1975. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 639 p.
- MICCOLI, G. 1997. Die Mönche. In: J. LE GOFF (org.), *Der Mensch des Mittelalters*. Frankfurt, Fischer Taschenbuch Verlag, p. 47-86.
- MONROE, P. 1984. *História da Educação*. 16ª ed., São Paulo, Editora Nacional, 387 p.
- PÄTZOLD, S. 2006. Beten und Lernen: Männerkonvente der Diözesen Bremen und Verden als Orte der Bildungsvermittlung im Spätmittelalter. Eine Bestandsaufnahme. In: N. KRUPPA; J. WILKE (org.), *Kloster und Bildung in Mittelalter*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht GmbH&Co. KG, p. 89-114.
- PERNOUD, R. 1994. *Idade Média: o que não nos ensinaram*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Agir, 189 p.
- PIERRARD, P. 1982. *História da Igreja*. São Paulo, Paulinas, 297 p.
- SHAHAR, S. 1993. *Kindheit im Mittelalter*. Hamburg, Rowohlt Taschenbuch Verlag, 389 p.

Submetido: 19/04/2016

Aceito: 27/09/2017